



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 9.028, DE 2017** **(Do Sr. Roberto Sales)**

Obriga a fixação de preço reduzido para guarda de motocicletas, motonetas e ciclomotores em estacionamentos pagos, públicos e privados.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-6864/2013.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga a fixação de preços reduzidos para guarda de motocicletas, motonetas e ciclomotores em estacionamentos pagos, públicos e privados.

Art. 2º Nos estacionamentos pagos, o preço cobrado para permanência de motocicletas, motonetas e ciclomotores deve corresponder a, no máximo, um terço do valor fixado para automóveis.

Parágrafo único. Os preços devem ser catalogados por tipo de veículo automotor e permanecer afixados, de forma clara e visível, na entrada do estacionamento e nos locais de pagamento.

Art. 3º Aplica-se o disposto nesta lei aos estacionamentos rotativos pagos operados em vias públicas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Dados divulgados no portal do IBGE<sup>1</sup>, referentes a 2016, revelam que o Brasil possui uma frota de mais de 51 milhões de automóveis. E, dentre os tipos de veículos listados, motocicletas e motonetas somam quase 25 milhões. Sem dúvidas, o aumento do número de veículos em circulação nos últimos anos, somado à diminuição dos espaços livres nos centros urbanos, tem tornado o mercado de estacionamentos cada dia mais atrativo e vantajoso, sobretudo nas grandes cidades do país.

Não podemos negar que se trata de uma atividade que contribui para a melhoria da mobilidade urbana; no entanto, sua exploração não pode se dar em prejuízo aos consumidores. O serviço de estacionamento pago implica a disponibilização de um determinado espaço, público ou privado, mediante contraprestação do usuário, para permanência de seu veículo por um período de tempo. Nada mais justo, portanto, que o valor cobrado seja proporcional à área efetivamente ocupada.

Por essa razão, nossa proposta defende que o preço fixado em estacionamentos seja menor para pequenos veículos (motocicletas, motonetas e

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/frota.php>. Acessado em 30/08/2017.

ciclomotores), tendo em vista que demandam uma utilização de espaço bastante reduzida.

No Distrito Federal, por exemplo, normas de edificação<sup>2</sup> impõem que vagas de estacionamento públicos e privados, tenham comprimento que varia, a depender da disposição geométrica, de 5,00 a 5,50 metros, para automóveis, e fixa-se em 2,00 metros, para motocicletas. A largura mínima exigida fica entre 2,20 a 2,40 metros, para automóveis, e em apenas 1,00 metro, para motocicletas (cujas áreas de acesso e de manobra também são consideravelmente reduzidas)<sup>3</sup>.

A presente iniciativa busca, portanto, a estabelecer o equilíbrio nessas relações, de modo que o consumidor seja cobrado na justa proporção do que contratou. Considerando um cenário em que motocicletas e motonetas representam, juntas, quase metade do número da frota de automóveis no país, a alteração pretendida virá em benefício de um quantitativo bastante expressivo de condutores, consumidores do aludido serviço.

Firmes no exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação e aperfeiçoamento do presente projeto.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2017.

Deputado **ROBERTO SALES**

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------

---

<sup>2</sup> Código de Edificações do Distrito Federal (Lei nº 2105/98 e Decreto nº 19.915/98). Disponível em <http://www.segeth.df.gov.br/images/coe-atualizado-20161219-compilado.pdf>. Acessado em 30/08/2017

<sup>3</sup> Anexo III, do Código de Edificações do Distrito Federal (Lei nº 2105/98 e Decreto nº 19.915/98). Disponível em <http://www.segeth.df.gov.br/images/coe/coe-anexos-20161219-compilado.pdf>. Acessado em 30/08/2017